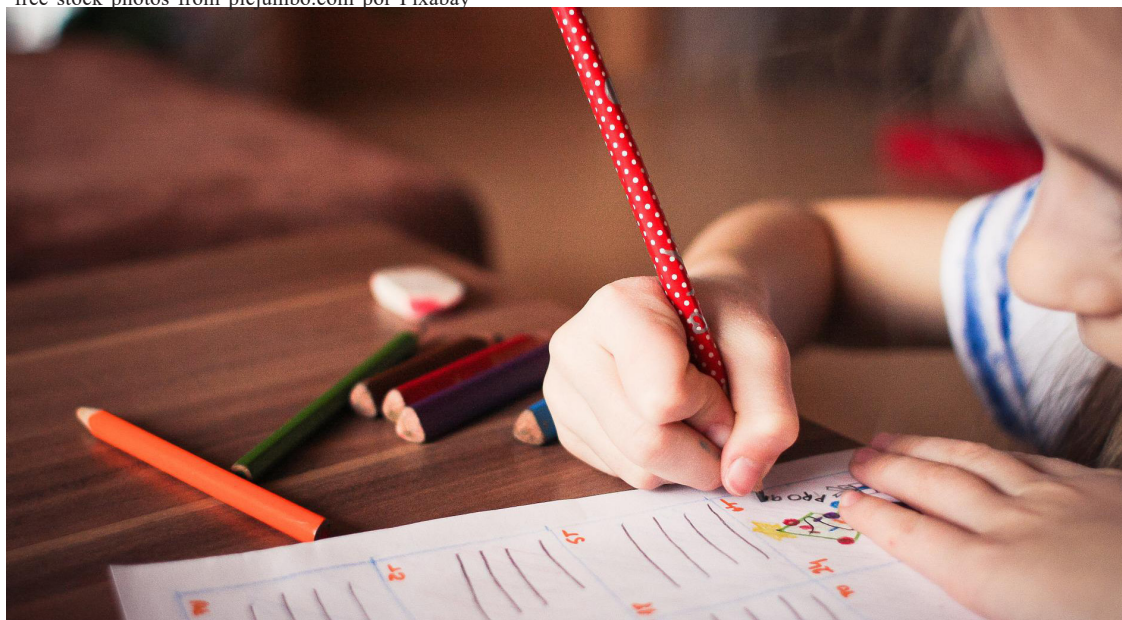


Valorizar o Magistério e investir na Educação é acreditar no futuro do país

Nas quase oito décadas de defesa do magistério público, a UPPE-Sindicato tem reivindicado o investimento em educação e no salário do professor para o desenvolvimento do país como um todo

free stock photos from picjumbo.com por Pixabay



Valorizar a Educação é o principal investimento no futuro do país. Essa tem sido a principal bandeira de luta da UPPE-Sindicato, nas mais de sete décadas de existência. A valorização do professor como principal agente formador da cidadania é, sem dúvida, um fator determinante para o desenvolvimento socioeconômico do país. A UPPES tem lutado por salários dignos e plenas condições de trabalho para o professorado fluminense. Recentemente, o sindicato cobrou das autoridades governamentais a aplicação do percentual de reajuste do Piso Nacional do Magistério de 33,24% e equiparação no vencimento dos professores da Rede Estadual de Ensino. **Página 3**

Entrevista

Presidente da OAB-Niterói resalta importância da educação e qualificação profissional

Dr. Pedro Gomes de Oliveira visitou a sede da UPPES e destacou o trabalho da entidade na defesa dos direitos dos professores, na esfera jurídica. Em sua primeira gestão na Ordem, o advogado fez projeções em prol da categoria, por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA). **Página 4**



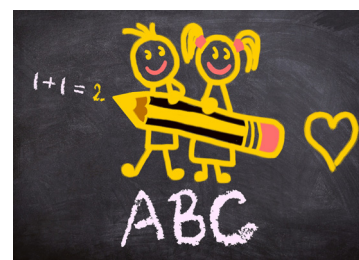
Alerj



Melhorias na alimentação escolar

Ao participar da audiência pública da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), realizada no dia 31 de março, a representante da UPPES, Luciane Lobo de Azevedo, reivindicou melhorias na qualidade da alimentação escolar da Rede Estadual de Ensino. **Página 10**

Aplicação da lei sobre Psicologia e Serviço Social



A oferta de Psicologia e Serviço social na Rede estadual de Ensino foi tema de debate da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no dia 5 de maio. **Saiba mais detalhes na página 9**

Casa do Professor



Veja as novidades e melhorias para os filiados. **Página 11**

Prova de Vida

Aposentado não fique sem seus proventos

Servidores aposentados e pensionistas precisam realizar o procedimento, no mês de aniversário, entre os dias úteis de 11 a 25, para evitar a suspensão dos proventos e pensões. **Página 7**

Sispatri 2022: professor da ativa não esqueça de fazer a sua declaração de bens, até 30 de junho
Página 8



Artigo da Presidente - Déficit de educadores - Professora Teresinha Machado da Silva faz alerta às autoridades governamentais. **Página 2**

Unimed - Novidades sobre adesão de dependentes Plano de Saúde. **Página 8**

Déficit de educadores

Teresinha Machado da Silva - Presidente da UPPE-Sindicato

Em 2021, as redes municipal e estadual de Educação do Rio de Janeiro aprovaram os alunos mesmo com notas baixas. Embora a maior parte dos estudantes brasileiros tenham ficado praticamente dois anos letivos inteiros com escolas fechadas, o que agravou o contexto da evasão escolar, a aprovação automática acaba desqualificando o trabalho realizado nas escolas. Tal processo es-



ação deveria ter sido discutido e negociado com os profissionais da educação, o que, infelizmente, não ocorreu devido a uma medida autoritária imposta pela Secretaria Estadual de Educação (Seeduc).

A pandemia fez com que a maior parte dos países adotasse o ensino remoto, modalidade que muitos estudantes consideram difícil de acompanhar por diferentes motivos. Entre eles, acesso à internet, falta de ambiente adequado para estudos em casa e perda frequente de concentração. Por esses motivos a aprovação automática vinha sendo defendida por alguns especialistas em educação. A nosso ver, as escolas devem fazer reposição das aulas, reforço escolar e atividades complementares para realizar uma avaliação diagnóstica do desempenho dos estudantes durante o período pandêmico global.

Há alguns anos, temos identificado algo errado com o modelo de progressão continuada que vem sendo aplicado nas escolas da rede estadual do Rio, quando nos deparamos com um grande percentual de estudantes

que admite ter passado de ano sem aprender o conteúdo. Na realidade, o que ocorreu não foi a progressão continuada e sim a aprovação automática dos alunos, sem que estejam presentes todas as condições necessárias para a aprendizagem. A progressão automática é uma estratégia educacional que organiza o aprendizado em ciclos e busca evitar o grande número de alunos reprovados, bem como a evasão escolar. Contudo, se esta for mal implementada, pode se tornar uma aprovação automática, que é quando o aluno passa de uma série para outra sem avaliação adequada.

O principal fator que afeta o processo de aprendizagem é o déficit de professores na rede estadual de ensino, o que perpassa pelos baixos salários e pela constante desvalorização da categoria.

“
O principal fator que afeta o processo de aprendizagem é o déficit de professores na rede estadual de ensino, o que perpassa pelos baixos salários e pela constante desvalorização da categoria.
”

conde a real situação da educação e pouca apreensão dos conteúdos devido à precariedade do ensino remoto.

O processo de avali-

“
É preciso combater o analfabetismo funcional, que ainda atinge milhões de jovens e adultos no país e está diretamente ligado às falhas históricas do sistema educacional.
”

É preciso combater o analfabetismo funcional, que ainda atinge milhões de jovens e adultos no país e está diretamente ligado às falhas históricas do sistema educacional. Diante desse cenário, além de cobrar por melhorias na qualidade da educação, cabe à sociedade o importante papel de transformar os espaços e contextos não escolares em ambientes promotores de aprendizagem.

Você pode ler esse e outros artigos em:
www.uppes.com.br

Valorização do magistério tem de ser prioridade

UPPE-Sindicato tem reivindicado, há décadas, a necessidade de valorização salarial do professorado brasileiro e investimento na educação como principal ferramenta de crescimento econômico e desenvolvimento social. Na visão da diretoria, o reajuste de 33,24% (Piso Nacional) deveria ser aplicado por todos os estados e municípios a fim de garantir uma justa recomposição ao salário dos educadores

Imagem: Pixabay.com

UPPES reivindica 33,24% de recomposição no salário do magistério público estadual

A presidente da UPPE-Sindicato, Teresinha Machado da Silva, tem destacado a importância de se universalizar a responsabilidade da educação pública. De acordo com a educadora, consta na Constituição Federal a Educação como responsabilidade de todas as esferas governamentais. Recentemente, com o reajuste do Piso Nacional do Magistério para R\$ 3.845,63 (33,24%), para 40 horas semanais, muitos municípios e estados alegaram dificuldades para cumprimento da lei que exige o pagamento do piso nacional. Segundo ela, o reajuste de 33,24% no Piso Nacional do Magistério não é uma simples decisão do governo federal, mas o cumprimento da lei e valores do novo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) aprovado pelo Congresso Na-



Com o reajuste do Piso Nacional do Magistério para R\$ 3.845,63 (33,24%) muitos municípios e estados alegaram dificuldades para cumprimento da lei

cional, em 2020, objetivando uma maior valorização salarial dos professores a fim de fazer justiça com a categoria e de tornar a carreira do magistério mais atrativa para quem pretende ingressar. “Isso é o início de uma esperança de dias melhores para a educação, no país.

No estado do Rio, temos lutado pela garantia do cumprimento das leis e isso diz respeito ao reajuste salarial anual, pelo cumprimento da Lei da data-base, bem como pelo Plano de Carreira do Magistério. Em diversos momentos, precisamos acionar a justiça para garantir os direitos dos educado-

res, algo que não deveria ocorrer, pois o exemplo deveria partir das autoridades governamentais”, afirmou.

A sindicalista salientou que é necessário garantir o pleno desenvolvimento educacional, em especial, nos municípios mais pobres e que o Estado precisa dar o exemplo, cumprindo o piso nacional e ajudando os municípios no cumprimento. “Quando um município não tem condição de arcar com os investimentos em educação, é dever do estado assegurar esta possibilidade. Se ainda assim não for possível, que se recorra ao governo federal”.

Ofício encaminhado às autoridades governamentais cobra aplicação do Piso Nacional do Magistério



A UPPE-Sindicato encaminhou ofício às autoridades governamentais do Estado do Rio de Janeiro

reivindicando a equiparação do percentual de recomposição de 33,24%, aplicado no Piso Nacional do Magistério, para o professorado público estadual. No documento, encaminhado ao governador Cláudio Castro e ao secretário estadual de Educação, Alexandre Valle, a presidente da UPPES, Teresinha Machado da Silva, ressalta a necessidade de valorização

da categoria e o investimento na educação pública. De acordo com a educadora, o reajuste de 33,24% no Piso Nacional do Magistério é um parâmetro definido pelo governo federal, com base na lei do Fundeb que devem ser seguidos por estados e municípios, aprovado no Congresso. O documento pode ser lido na íntegra em: www.uppes.com.br

13,03% concedido pelo Estado não corresponde às perdas inflacionárias

Valor total do percentual aprovado é de 26,11% dividido em três anos: 13,05% (2022), 6,53% (2023) e 6,53% (2024)



Imagem: Pixabay.com

Sobre a recomposição salarial de 13,05% concedida pelo Estado, a presidente da UPPES frisou que ainda assim o salário do professorado fluminense continua defasado, pois o valor não se sobrepõe à alta dos preços e à elevação do custo de vida da população. “O reajuste salarial do professor é uma questão de sobrevivência. Os preços subiram como: transporte, alimentação, energia, etc. O percentual apresentado, não faz jus à valorização do magistério público. A categoria continuará sofrendo com a alta dos preços e o pouco interesse dos governantes”, frisou.

O governador Cláudio Castro informou que o percentual aprovado pelo

executivo estadual é de 26,11%, dividido em três parcelas, pagas em 2022 (13,05%), 2023 (6,53%) e 2024 (6,53%). Contudo, tal medida não corresponde às reais perdas do professor da rede estadual. Durante os últimos sete anos, a UPPE-Sindicato tem reivindicado a valorização salarial do magistério e o cumprimento da Lei 1.608/90, que estabelece maio como mês da data-base para recomposição salarial dos servidores públicos estaduais.

Para a diretoria da UPPES, a recomposição é importante, mas é insuficiente para reparar a desvalorização das últimas décadas e os sete anos sem nenhuma reposição salarial, nem mesmo das perdas inflacionárias.

Presidente da OAB-Niterói defende valorização do advogado, através da educação e qualificação profissional

Dr. Pedro Gomes visitou a sede da UPPES e enfatizou a importância do sindicato na defesa dos direitos do professor

Em visita à sede da UPPES, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil- Subseção Niterói (OAB-Niterói), Dr. Pedro Gomes de Oliveira (foto), reconheceu a atuação do sindicato em prol do magistério, na defesa dos direitos dos professores no estado. Ele que está em sua primeira gestão à frente da OAB destaca que o foco principal será a valorização do advogado, pela qualificação profissional, através da Escola Superior Advocacia (ESA). “Nosso foco, hoje, na OAB-

“
Nosso foco, hoje, na OAB-Niterói é motivação e valorização do advogado, pela educação, através de cursos que estamos fomentando junto à Escola Superior de Advocacia”

Niterói é motivação e valorização do advogado, pela educação, através de cursos que estamos fomentando junto à Escola Superior de Advocacia, que é uma instituição voltada para o advogado, para qualifi-

cação, especialização para que muitos jovens advogados entrem no mercado. A ESA é fundamental e nós teremos cursos de prerrogativa, ética, além de cursos técnicos também para determinadas área do Direito”, frisou.

A garantia de cidadania e o direito do professorado fluminense também foram destacados como forma de valorização da educação e da atuação dos advogados. Segundo Oliveira, a UPPE-Sindicato cumpre papel importante na esfera jurídica estadual, ao garantir ao professor filiado ampla defesa dos seus direitos em face do Estado e na defesa dos direitos do consumidor, através de um sólido e conceituado Departamento Jurídico.

O presidente da OAB-Niterói lembrou-se do tempo em que atuou, ainda como estudante, como estagiário dos advogados da UPPES, Dr. Alexandre Bezerra e Dr.^a Flávia Souza. “O Departamento jurídico da UPPES, eu aprendi muito com ele, embora não tenha atuado diretamente nele, pois trabalhei como estagiário no escritório do Dr. Alexandre Bezerra e da D.^a Flávia Souza. Eu convivi boa parte da minha vida forense dentro do escritório deles. São profissionais de ponta, de grande credibilidade e gabarito no mundo jurídico da nossa região. São pessoas antenadas que estão sempre atentos ao Direito, em especial, dos professores, além de profissionais respeitáveis. O sindicato está muito bem representado”, afirmou.

O Dr. Pedro Gomes ressaltou a importância da atuação do sindicato na oferta da advocacia através de profissionais

próprios, no estado do Rio de Janeiro, por meio de um atendimento humanizado e próximo da categoria. Segundo ele, em algumas situações, é necessário que se conheça a realidade do representado e a entidade ter ser próprios advogados facilita o processo. “A proximidade do profissional (advogado) com o professor, que é o cliente, é muito importante. Essa aproximação é boa para o profissional, como também para o assistido, eles se sentem mais confortáveis e mais acolhidos”, assina-

“
A proximidade do profissional (advogado) com o professor, que é o cliente, é muito importante. Essa aproximação é boa para o profissional, como também para o assistido, eles se sentem mais confortáveis e mais acolhidos”

lou.

O presidente da OAB-Niterói salientou o trabalho da presidente da UPPES, Teresinha Machado da Silva (que também é advogada) e enfatizou a necessidade de ter-



mos mais pessoas engajadas na representação de classes. “Tem que acreditar no jurídico do sindicato, o movimento de classe é importante em defesa dos direitos dos professores. A Dr.^a Teresinha Machado é uma grande liderança. Hoje, como presidente da OAB, me inspiro em pessoas assim, que têm muita força interna muito positiva, uma pessoa para frente que, apesar das adversidades,

ela continua firme. A professora Teresinha é uma grande mulher e, hoje, nesse movimento, são essas pessoas que representam o movimento feminino, são pessoas fortes. Ela é uma grade liderança que precisa ser espelhada. As pessoas têm que ver na presidente da UPPES essa liderança, essa força, esse empoderamento. Ela é uma mulher empoderada, forte, eu acredito muito nisso”.



Da esq. p/ direita. Dr.^a Flávia Souza, Dr.^a Fátima Medina, Dr. Pedro Gomes e Dr. Alexandre Bezerra

O presidente da OAB-Niterói lembrou do aprendizado como estagiário dos advogados da UPPES, Flávia Souza e Alexandre Bezerra. “Eu convivi boa parte da minha vida forense dentro do escritório deles. São profissionais de ponta, de grande credibilidade e gabarito no mundo jurídico da nossa região.

Professor da Rede Estadual

que atuou ou era aposentado, entre 1998 e 2002

Receba os atrasados do Plano de Carreira do Magistério

(Processo Interníveis)



O Departamento Jurídico da UPPES tem ajuizado execuções para os seus filiados. Cada professor tem direito a um valor específico, de acordo com a vida funcional do docente. Os valores são variáveis, levando-se em conta o tempo de magistério e o enquadramento no Plano de Carreira da categoria (Lei 1.614/90). Muitos educadores já receberam.*

Professor, garanta seus direitos!

(21) 2717-6025 ou acesse www.uppes.com.br

União dos Professores Públicos no Estado - Sindicato

UPPES RJ

*Os professores concursados da ex-Faep (Fundação de Apoio a Escola Pública) não fazem jus ao processo interníveis.

Professor, filie-se! (21) 2717-6025

www.uppes.com.br

Migração 16h - 30h : UPPEES participa da Comissão Mista que analisa proposta

A migração de professores da rede estadual com jornada de trabalho de 16h semanais para carga horária de 30h, tem sido pauta de reunião da Comissão Mista que analisa a proposta, conforme determina a Lei 9364/2021, em seu artigo 5º. A UPPE-Sindicato, como integrante do coletivo técnico, participou de todas as reuniões, realizadas na sede da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), sendo representada pelo diretor de Relações Públicas e Divulgação,

Raymundo Nery Stelling Junior e assessora técnica da diretoria, professora Luciane Azevedo. A UPPEES tem acompanhado todo o processo, desde que a proposta partiu do Executivo e toda sua tramitação no Legislativo, a fim de assegurar os direitos do professorado fluminense.

No dia 18 de maio, houve mais um avanço das pautas, onde foram desenvolvidas as definições dos principais pontos que garantem a segurança na migração dos professores.



Veja abaixo os principais tópicos discutidos, na última reunião:

1 - Professores que atuam no sistema de Gratificação por Lotação Prioritária (GLP) terão prioridade.

Para atender aos limites estabelecidos pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), a possibilidade de migração, neste primeiro momento, deverá considerar apenas os professores em regime de efetiva regência de turma e com histórico de opção pela GLP, em qualquer momento da carreira docente.

Os representantes da

UPPEES questionaram tal medida, uma vez que o RRF autoriza a reposição de servidores que saíram da rede devido à aposentadoria, morte ou pedido de exoneração.

Outro ponto contestado foi a impossibilidade de professores que ocupam funções gratificadas (diretores, orientadores, coordenadores, etc), bem como os docentes readaptados participarem do processo de migração tendo em vista que também cumprem uma carga horária extensa. Conforme informação presente na minuta, caso esses educadores manifestem

desejo de participar do processo de migração, deverão retornar para o regime de efetiva regência.

O servidor deverá manifestar expressamente o interesse em realizar a migração e o compromisso de permanecer em efetiva regência de turma, por período não inferior a dez anos.

2 - Migração para 30 horas semanais será permanente e manterá o nível/referência do Plano de Carreira.

A migração garante a

manutenção de nível e referência do professor.

O regime de 30 horas semanais deverá ser cumprido na forma de 20 horas de efetiva regência, acrescida de 10 horas de planejamento (LDB 9394/96).

3 - Quem pode participar do processo?

Só poderão participar do processo de migração os professores que ingressaram no magistério estadual a partir da vigência da Emenda 41/2003, devido à paridade e integralidade.

Departamento Jurídico

Dr. Alexandre Machado
OAB/RJ 66083

DEFESA DO CONSUMIDOR, JUIZADOS
ESPECIAIS E OUTROS SOB CONSULTA

Casa do Professor

Telefone: (21) 2617-6316; Estrada Caetano
Monteiro, 4.550 - Pendotiba, Niterói-RJ.



Pagamento dos triênios

Seeduc anunciou a retomada do pagamento dos triênios, pauta de reivindicação da UPPEs

Foi anunciada pela Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) a retomada do pagamento do adicional por tempo de serviço (triênio). De acordo com as informações, os educadores (ativos) da Rede Estadual de Ensino receberão os triênios com valores corrigidos retroativos a janeiro deste ano, na folha de pagamento de abril, paga em maio.

A luta pelo pagamento e manutenção dos triênios tem sido constante na UPPE-

Sindicato. Muitos são os governos que tentam descumprir a lei que garante o adicional por tempo de serviço para os educadores da rede estadual. As reivindicações se deram nas mais diversas esferas do poder público estadual. O sindicato acompanhará de perto o cumprimento da lei a fim de garantir os direitos dos professores. A retomada dos triênios é o resultado das nossas lutas em prol de uma educação de qualidade e valorização do magistério público

UPPEs encaminha ofício ao presidente da República sobre alterações na lei dos triênios

A UPPE-Sindicato encaminhou ofício ao presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, solicitando a inclusão dos professores na Lei Complementar 191, de 08 de março de 2022, que altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a qual estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS- CoV-2 (Covid-19). De acordo com o documento, o texto fere a isonomia, sendo considerado inconstitucional.

A lei complementar

173/2020 anula a contagem de tempo para para pagamento de adicional por tempo de serviço, no período entre maio de 2020 e dezembro de 2021. Já a LC 191/2020 concede o benefício apenas aos servidores da saúde e segurança. No ofício, a presidente da UPPEs, Teresinha Machado da Silva, ressalta a importância da atuação docente, no período da pandemia de covid-19 e reivindica a inclusão dos educadores. Leia ofício na íntegra no site institucional: www.uppes.com.br

Diário Oficial divulga relação de aposentados e pensionistas que não realizaram a Prova de Vida

Servidores aposentados e pensionistas precisam realizar o procedimento, no mês de aniversário, para evitar a suspensão dos proventos e pensões



Para realizar a Prova de Vida, os segurados deverão comparecer a qualquer agência do Bradesco no país, entre os dias úteis de 11 a 25 do MÊS DE ANIVERSÁRIO. Professor, evite a suspensão dos seus proventos e pensões.

O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência) tem publicado, mensalmente, no Diário Oficial, a lista nominal com os aposentados e pensionistas que não realizaram a Prova de Vida, conforme determinado nas Portarias RIOPREV/PRE nº 373/2019 e 432/2021. Estes devem procurar uma agência do Bradesco para realizar o procedimento. Caso contrário, pode-

rão ter o benefício suspenso.

A comprovação anual de vida é obrigatória para aposentados e pensionistas do Estado, cuja folha de pagamento é gerida pela Secretaria de Estado da Casa Civil.

Para realizar a Prova de Vida, os segurados deverão comparecer a qualquer agência do Bradesco no país, entre os dias úteis de 11 a 25 do MÊS DE ANIVERSÁRIO, munidos da docu-

mentação pertinente (Identidade, CPF e Comprovante de Residência). Servidores com biometria cadastrada poderão realizar o procedimento nos caixas eletrônicos.

Professor, evite a suspensão dos seus proventos e pensões. Avise aos seus familiares. A lista completa dos servidores que não fizeram a prova de vida está disponível também em: www.uppes.com.br.

Veja o calendário oficial divulgado no site do Rioprevidência:

Acompanhem o Calendário da Prova de Vida:

MÊS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PROVA DE VIDA	MÊS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PROVA DE VIDA
Janeiro	11/01 a 25/01	Julho	11/07 a 25/07
Fevereiro	11/02 a 25/02	Agosto	11/08 a 25/08
Março	11/03 a 25/03	Setembro	11/09 a 25/09
Abril	11/04 a 25/04	Outubro	11/10 a 25/10
Maio	11/05 a 25/05	Novembro	11/11 a 25/11
Junho	13/06 a 24/06	Dezembro	12/12 a 23/12

Unimed: Novidades sobre adesão de dependentes ao Plano de Saúde



Olá Professores,

Agora ficou mais fácil cuidar de quem você ama, contando com a parceria da Unimed Serrana RJ e CASE Administradora de Benefícios, você poderá incluir novos beneficiários, na condição de dependentes. Aproveitem essa oportunidade, entre em contato e faça a sua adesão. Você não vai querer ficar de fora dessa?

Conheça os novos perfis autorizados para adesão:

- Genros do beneficiário titular poderão permanecer no contrato por tempo indeterminado, desde que sua inclusão ocorra até 40 anos;
- Noras do beneficiário titular poderão permanecer no contrato por tempo indeterminado, desde que sua inclusão ocorra até 40 anos;
- Filhos poderão permanecer no contrato por tempo indeterminado, desde que sua inclusão ocorra até 40 anos;
- Netos poderão permanecer no contrato por tempo indeterminado, desde que sua inclusão ocorra até 40 anos.

Entre em contato com a **UPPES** para mais informações e não perca tempo, garanta a sua adesão!

TABELA DE VALORES UNIMED NOVA FRIBURGO 2022

Faixa Etária	UNIPLAN BÁSICO	UNIPLAN BÁSICO +TA	UNIPLAN ESPECIAL	UNIPLAN ESPECIAL +TA
0 A 18	R\$ 323,70	R\$ 350,14	R\$ 420,72	R\$ 447,24
19 A 23	R\$ 431,59	R\$ 458,02	R\$ 560,95	R\$ 587,40
24 A 28	R\$ 494,91	R\$ 521,36	R\$ 643,18	R\$ 669,71
29 A 33	R\$ 544,91	R\$ 571,45	R\$ 708,21	R\$ 734,71
34 A 38	R\$ 559,10	R\$ 585,61	R\$ 726,76	R\$ 753,18
39 A 43	R\$ 642,88	R\$ 669,35	R\$ 835,64	R\$ 862,08
44 A 48	R\$ 792,22	R\$ 828,49	R\$ 1.031,40	R\$ 1.065,32
49 A 53	R\$ 792,22	R\$ 828,49	R\$ 1.031,40	R\$ 1.065,32
54 A 58	R\$ 811,79	R\$ 838,31	R\$ 1.055,07	R\$ 1.081,53
59 A 999	R\$ 1.933,22	R\$ 1.958,33	R\$ 2.510,54	R\$ 2.537,04

Atenção, professor da ativa!
Sispatri 2022 – Envio de declaração, até 30 de junho



O prazo de envio da declaração do Sispatri foi prorrogado para 30 de junho de 2022. Em caso de dúvidas, os servidores deverão procurar os responsáveis pelo RH de seus respectivos órgãos.

A Controladoria Geral do Estado (CGE) divulgou a data para a entrega anual obrigatória da Declaração de Bens e Valores dos servidores estaduais ativos no Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos do Poder Executivo Estadual (Sispatri) de 2022. Em caso de dúvida, os servidores devem procurar os responsáveis pelo RH de seus res-

pectivos órgãos.

A entrega anual obrigatória é realizada clicando no link abaixo. Este ano, o procedimento para envio da declaração será realizado em um novo sistema, deixando de ter como intermediário o Portal do Servidor. Agora a prestação de informações será feita diretamente ao SISPATRI, por meio do site :www.sispatri.rj.gov.br.

Alerta de Fraude

Prezado filiado(a),

A União dos Professores Públicos no Estado – Sindicato (UPPES) **não entra em contato, em nenhuma hipótese, solicitando depósitos de valores para recebimento de indenizações relativas a processos.**

Orientamos que procurem a UPPES, a fim de esclarecer qualquer dúvida acerca das ações judiciais.

Alerj: Representante da UPPES defende aplicação da lei sobre Psicologia e Serviço Social na rede estadual

Lei sobre a oferta dos serviços na rede pública de ensino foi aprovada e sancionada, em novembro de 2019

A oferta de Psicologia e Serviço social na rede estadual de ensino foi tema de debate da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no dia 5 de maio. A audiência pública contou com a participação da representante da UPPE-Sindicato, Luciane Azevedo, que defendeu a aplicação da lei que determina a atuação destes profissionais, nas escolas estaduais. A equipe técnica da Secretaria de Estado de Educação participou do debate, além de representantes dos Conselhos, Ministério Público e estudantes.

A professora Luciane Azevedo, que representou a presidente da UPPES, Teresinha Machado da Silva, salientou a necessidade de garantir o cumprimento da Lei nº 13.935 para assegurar a qualidade do ensino na rede estadual. Segundo ela, a atuação dos profissionais é fundamental para o acolhimento social e psicopedagógico, além da garantia de permanência do aluno na sala de aula. “Embora as políticas sociais e educacionais estejam inseridas no meio



de um contexto, é perceptível que essa presença dos profissionais do serviço social e psicologia é muito pequena nas escolas, o que mostra a ineficiência de muitos projetos sociais, devido à alta demanda da comunidade escolar. Temos recebido, frequentemente, diversos professores que se afastaram por problemas psicológicos devido à violência que enfrentam nas salas de aula, diariamente. Professores que lecionam com medo, o que prejudica o andamento do processo de aprendizagem”, afirmou.

De acordo com a sindicalista, “É fundamental a presença desses assistentes sociais e psicólogos escolares para que eles auxiliem no desenvolvimento pessoal, no processo

de ensino-aprendizagem, nas questões comportamentais e emocionais e também auxiliem todos os agentes envolvidos nos processos escolares, alunos, pais e toda comunidade escolar, sobretudo, nessa perspectiva no cenário pós-pandêmico, cujo impacto do isolamento foi extremamente prejudicial”, afirmou.

Presidida pelo deputado estadual Flavio Serafini, a audiência pública contou com a participação de representantes do Ministério Público, Conselho Regional de Assistência Social, Conselho Regional de Psicologia, Sindicato Estadual dos Assistentes Sociais, além de representações da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Para presidente da UPPES, oferta dos serviços é fundamental



A presidente da UPPE-Sindicato, Teresinha Machado da Silva, ressaltou a importância da Lei 13.935/2019, que instituiu a oferta de psicologia e serviço social nas escolas da Rede Pública Estadual. A educadora, que também é formada em Serviço Social, destacou que essa tem sido uma das reivindicações da UPPES, nos últimos anos. “O estudante pas-

sa muito tempo na escola e necessita de uma atenção especial, além de um acolhimento. Precisamos observar não apenas o ensino, mas também as questões sociais e emocionais dos alunos e isso é responsabilidade do Estado. Os problemas de casa, muitas vezes, se refletem no desempenho educacional”, frisou.

Segundo ela, é muita responsabilidade atribuir apenas ao professor o acolhimento ao estudante. “O professor sozinho não pode dar conta de tudo isso. Ele precisa de um apoio técnico e esses profissionais são necessários. Cada sala de aula tem um número expressivo de alunos e cada qual com suas particularidades. Por isso, continuaremos na luta para que essa lei seja cumprida”.



União dos Professores Públicos no Estado - Sindicato

UPPES RJ

**HORARIO DE
ATENDIMENTO
PRESENCIAL**

De segunda a quinta-feira:

Atendimento: das 9h às 12h
Almoço: das 12h às 13h
Atendimento: das 13h às 18h

Sexta-feira:

Atendimento: das 9h às 12h
Almoço: das 12h às 13h
Atendimento: das 13h às 15h

SEDE UPPES

Rua La Salle, 22,
Centro, Niterói – RJ.
CEP: 24 020 – 096
Tel.: (21) 2717-6025

SUBSEDE CAMPOS

Praça Santíssimo
Salvador, 41/301
Centro, Campos dos
Goytacazes – RJ
CEP: 28 010 – 000
Tel.: (22) 2722-6837

SUBSEDE N. FRIBURGO

Rua Portugal, 40 / 601,
Centro, Nova Friburgo – RJ
CEP: 28.610 – 135
Tel.: (22) 2522-3458

SUBSEDE ITAOCARA

Rua Aristides Scisínio
Dias, 31
Centro, Itaocara – RJ
CEP: 28.570 – 000
Tel.: (22) 3861-9238

Representante da UPPES reivindica melhorias na qualidade da alimentação escolar

Ao participar da audiência pública da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), realizada no dia 31 de março, a representante da UPPES, Luciane Lobo de Azevedo reivindicou melhorias na qualidade da alimentação escolar da Rede Estadual de Ensino. O debate contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), estudantes, Ministério Público, diretores escolares e especialistas no assunto.

Representando a presidente da UPPES, Teresinha Machado da Silva, a professora Luciane Azevedo destacou a importância da alimentação escolar no desenvolvimento do aluno, que vão além das questões pedagógicas. “A alimentação na rede pública de ensino



A representante da UPPES reivindicou melhorias na qualidade da alimentação escolar da Rede Estadual de Ensino

no cumpre diversos papéis na vida do estudante. Por isso, as políticas públicas assumem um importante papel, tendo como objetivo, contribuir para o desenvolvimento psicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de hábitos

alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar, nutricional e oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais, durante o período letivo, além de contribuir para a permanência do educando na escola”,

afirmou.

Segundo a educadora, a alimentação escolar exerce um papel social e motivacional na agricultura familiar, pois há geração de emprego e renda para os pequenos produtores e também representa uma política de

respeito e cumprimento dos direitos estudantis. “É um atendimento ao direito do aluno de receber o alimento, durante sua permanência na escola. Isso ficou muito evidente durante o período de pandemia (covid-19), com o fechamento das escolas, já que o acesso (às unidades) ficou comprometido, milhões de crianças e jovens ficaram sem alimentação que tinham direito”, frisou.

A sindicalista salientou que “a garantia do direito à educação não perpassa apenas pela sala de aula, ela vai muito além de livros, cadernos e afins. O conceito da educação deve ser ampliado para abranger a saúde e o bem-estar dos estudantes. Nós sabemos que muitos fazem a principal refeição do dia na escola e, em determinadas situações, a única”.

Questão inflacionária pesa na hora de fechar a conta



Imagem:Divulgação Pnae

Durante seu pronunciamento, a representante da UPPES também destacou a defasagem nos repasses financeiros diante da alta da inflação nos gêneros alimentícios. “É necessária uma adequação urgente desses valores, bem como os valores per capita (por aluno) mensais, tendo em vista os elevados índices inflaci-

onários que têm sido aplicados nos alimentos e que, todos nós temos percebido, quando vamos ao supermercado”, assinalou.

A professora Luciane Azevedo finalizou sua participação na audiência reivindicando da Seeduc, uma atenção especial acerca do tema alimentação escolar, a fim de que a pasta tenha uma política pública de

melhoria e garantia na qualidade das refeições oferecidas aos estudantes. “Fazemos um apelo à Secretaria de Educação para que se debrucem sobre uma pauta de extrema relevância, que abrange vários aspectos como fatores educacionais, emocionais, econômicos, sociais e de bem-estar e contribuem, amplamente, para que haja condições satisfatórias para aprender, o que não tem acontecido em várias unidades escolares. Deixamos nosso apelo, pois sabemos que alimentação escolar é prioridade na vida do estudante”, salientou.

O deputado Flávio Serafini, presidente da Comissão de Educação da Alerj, destacou, no início da audiência pública, a importância do tema. Segundo ele, há a necessidade de políticas públicas que garantam a qualidade e o acesso à alimentação,

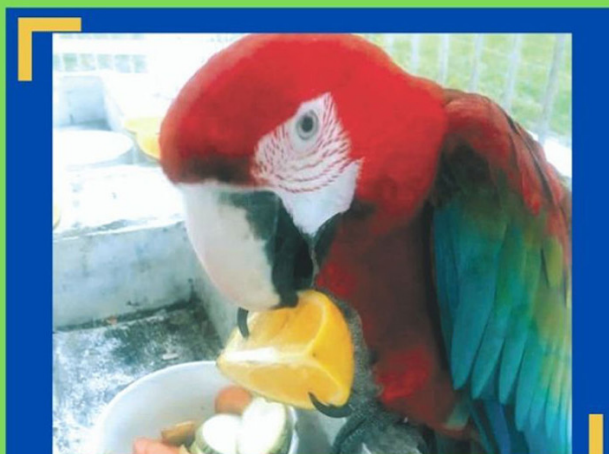
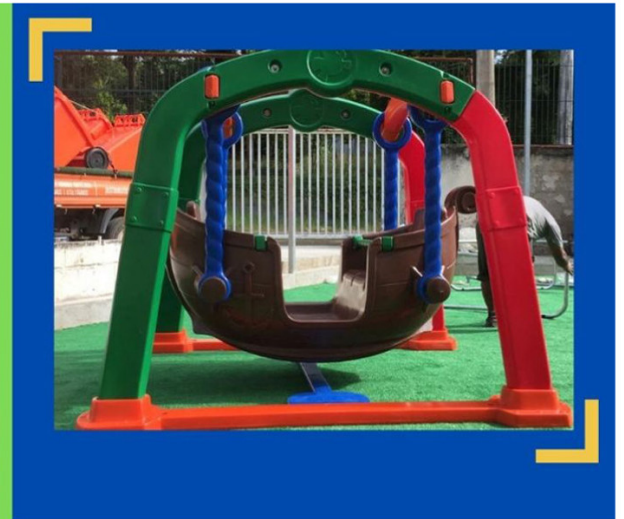
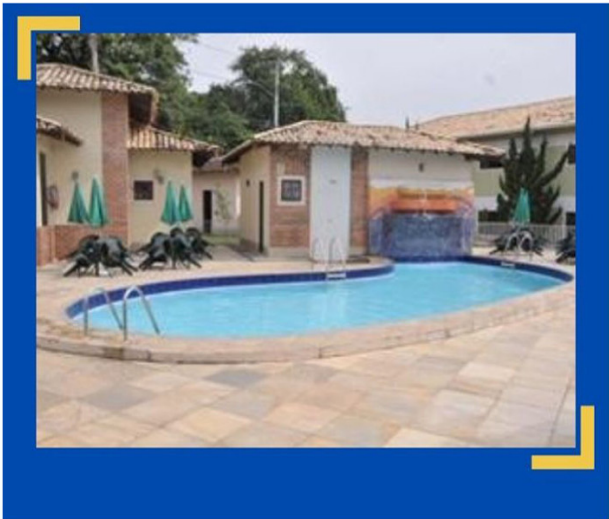
nas unidades da rede. “Há algum tempo, a gente conseguiu consolidar no Brasil uma leitura de que garantir o direito à educação não é simplesmente garantir uma sala de aula e um professor, mas também condições mínimas para que os estudantes possam cursar e frequentar a escola, a fim de garantir o seu processo de ensino-aprendizagem”, afirmou.

O parlamentar também destacou que, para além das iniciativas pedagógicas, existem questões fundamentais que devem ser seguidas para garantir o acesso ao ensino e a consolidação do processo educacional, na esfera pública. “Questões como transporte escolar e o direito à alimentação escolar foram incorporados como parte fundamental da garantia do direito à educação. Não dá para

estudar se não chegar à escola, não dá para estudar se estiver com fome. Por isso, temos um Plano Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) que oferece alimentação e ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes das diferentes etapas da educação básica”, afirmou.

Participaram da audiência pública representantes de diretores escolares, estudantes da Rede Estadual de Ensino, Conselho Estadual de Alimentação Escolar, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Escolar, bem como representações do Ministério Público Estadual e assessores parlamentares.

Casa do Professor



Hospedagem, Cultura e Lazer

Telefone: (21) 2617-6316; Estrada Caetano Monteiro, 4.550 - Pendotiba, Niterói- RJ

UPPE-Sindicato pelo estado

A UPPE-Sindicato está presente em todas as regiões do estado. Professor, saiba qual representante está mais próximo da sua região.

Região Metropolitana — Atuação da Diretoria Executiva

Belford Roxo | Duque de Caxias | Eng. Paulo de Frontin | Guapimirim | Itaboraí | Itaguaí | Japeri | Magé | Maricá | Mendes | Mesquita | Miguel Pereira | Nilópolis | Niterói | Nova Iguaçu | Paracambi | Petrópolis | Queimados | Rio Bonito | Rio de Janeiro | São Gonçalo | São J. de Meriti | Seropédica | Silva Jardim | Tanguá | Teresópolis

1ª Região

Diretora: Abigail Rosa Amim
(21) 2717-6025

Angra dos Reis | Barra do Pirai | Barra Mansa | Itatiaia | Mangaratiba | Paraty | Pinheiral | Pirai | Porto Real | Quatis | Resende | Rio Claro | Valença | Volta Redonda.

2ª Região

Diretora: Maria Aparecida Travassos de Moraes
E-mail: cidatmoraes@hotmail.com

Rio das Flores | Paraíba do Sul | Três Rios | Areal | Sapucaia | S.J. do V.Rio Preto | Vassouras | Paty do Alferes | Levy Gasparian

3ª Região

Diretora: Annita Ferro da Cunha Lima
(22) 2522-3458 E-mail: annitaferro@bol.com.br

Bom Jardim | Cachoeiras de Macacu | Cantagalo | Nova Friburgo | Cordeiro | Duas Barras | São Sebastião do Alto | Macuco | Trajano de Moraes | Santa Maria Madalena | Sumidouro | Carmo.

4ª Região

Diretora: Marilene Ravizzini Kilpp
E-mail: seccoazevedo@globo.com

Araruama | Armação dos Búzios | Arraial do Cabo | Cabo Frio | Iguaba Grande | São Pedro da Aldeia | Saquarema | Barra de São João | Casimiro de Abreu | Conceição de Macabu | Macaé | Rio das Ostras.

5ª Região

Diretora: Jussara M. de Jesus Miranda
(22)3861-9238

Aperibé | Bom Jesus do Itabapoana | Cambuci | Itaocara | Itaperuna Laje do Muriaé | Miracema | Natividade | Porciúncula | Santo Antônio de Pádua | São José de Ubá | Varre-Sai.

6ª Região

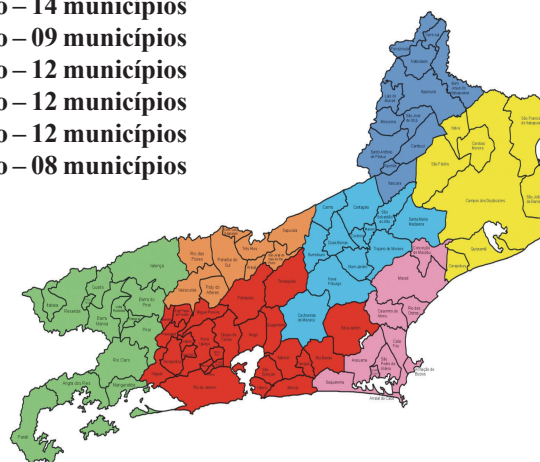
Diretora: Célia Marins Peixoto
(22) 2722-6837

Campos | Italva | São Francisco do Itabapoana | Cardoso Moreira | São João da Barra | São Fidélis | Carapebus | Quissamã.

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Estado do Rio de Janeiro

- Região Metropolitana - 26 municípios
- 1ª Região - 14 municípios
- 2ª Região - 09 municípios
- 3ª Região - 12 municípios
- 4ª Região - 12 municípios
- 5ª Região - 12 municípios
- 6ª Região - 08 municípios



Sede

Rua La Salle, 22, Centro, Niterói - RJ.
CEP: 24 020 - 096 Tel.: (21) 2717-6025

Subsede Nova Friburgo

Rua Portugal, 40 / 601, Centro, Nova Friburgo - RJ CEP: 28.610 - 135 Tel.: (22) 2522-3458 uppesfriburgo@hotmail.com

Casa do Professor

Estrada Caetano Monteiro, 4.550, Pendotiba, Niterói - RJ
CEP: 24 320-570 Tel.: (21) 2617-6316 casadoprofessor@uppes.com.br

Subsede Campos dos Goytacazes

Praça Santíssimo Salvador, 41/301 Centro, Campos dos Goytacazes - RJ CEP: 28 010 - 000 Tel.: (22) 2722-6837 uppescampos@gmail.com

Subsede Itaocara

Rua Aristides Scisínio Dias, 31, Centro, Itaocara - RJ CEP: 28.570 - 000 Tel.: (22) 3861-9238. itaocara@uppes.com.br

Diretoria Executiva:

Presidente: Teresinha Oliveira Machado da Silva
Secretária Geral: Lucinda Pereira Bezerra de Menezes
Secretária: Sônia Maria Sardella de Souza
Tesoureira: Eliane da Costa S. Seabra
Diretora do Departamento Assistencial: Vanença de Souza Moraes
Diretora de Biblioteca e Criatividade: Neuza Caldas Maia
Diretor de Relações Públicas e Divulgação: Raymundo Nery Stelling Jr

Diretoria Regional:

1ª Região: Abigail Rosa Amim
2ª Região: Maria Aparecida T. Moraes
3ª Região: Subsede N. Friburgo: Annita F. da Cunha Lima
4ª Região: Marilene Ravizzini Kilpp
5ª Região: Subsede Itaocara: Jussara Maria de Jesus Miranda
6ª Região: Subsede Campos dos Goytacazes: Célia Marins Peixoto

Conselho Fiscal:

Doris S. Abreu de Oliveira
Maria de Lourdes Ventura Brígido
Therezinha Pacheco Rodrigues
Carmem Ravizzini Lima (Suplente)
Leda Maria Lebre Lessa (Suplente)
Leila de Castro Meceni (Suplente)

Conselho Consultivo:

Cleidy Berton Ribas
Edda Maria Balbi
Irinéa Pereira Gomes
José Antonio Azeredo
Maria Candida Leal Cordeiro

Jornalista Responsável

Marcelo Machado da Motta
(Mtb - 34235/RJ)

Revisão

Luciane Lobo de Azevedo

Circulação Digital

Contas de 2021 aprovadas por unanimidade

Contas do exercício 2021 da UPPE-S são aprovadas em Assembleia de Prestação de Contas



Assembleia foi realizada no Teatro Anaíta Custódio Cardoso, sede da UPPE-S

Presidida pela conselheira fiscal Therezinha Pacheco Rodrigues, foram aprovadas, por unanimidade, em Assembleia Geral

Ordinária, as demonstrações financeiras relativas ao exercício do ano de 2021. A Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 28 de abril,

na sede da UPPE-Sindicato, em Niterói, contou com a participação e representações de filiados de todo o estado, além de membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos: Fiscal e Consultivo. O professor Raymundo Nery Stelling Júnior apresentou o trabalho desenvolvido, além da situação patrimonial e financeira da UPPE-Sindicato. O senhor Lucas Caetano de Souza representou a empresa de auditoria independente.